



# Projeto aprovado de offshores pode elevar arrecadação, diz Ministro

## Dino defende mudança na lei para enquadrar facções como terroristas

Página 6

## Prévia da inflação oficial fica em 0,21% em outubro, informa IBGE

Página 3

### Líderes mundiais pedem respeito a direito internacional

Após quase vinte dias de bombardeios do Exército de Israel sobre a Faixa de Gaza, líderes de várias partes do mundo e chanceleres cobraram, na quinta-feira (26), que o Estado israelense cumpra as leis internacionais e ponha fim à morte de civis palestinos, que já chega a mais de 7 mil, sendo 3 mil crianças. Os bombardeios de Israel são uma retaliação a um ataque em massa de militantes do Hamas no sábado, dia 7 de outubro, que vitimou 1,4 mil israelenses.

Os ministros das Relações Exteriores dos Emirados Árabes Unidos, da Jordânia, do Barein, da Arábia Saudita, de Omã, do Catar, Kuwait, Egito e Marrocos condenaram na quinta-feira (26) os ataques a civis e as violações da lei internacional em Gaza, que está sob bombardeio retaliatório de Israel.

A declaração conjunta mencionou que o direito à autodefesa de Israel não justifica a violação da lei e a negligência dos direitos dos palestinos. Os ministros das Relações Exteriores árabes também condenaram o deslocamento forçado e a punição coletiva na Faixa de Gaza, acrescentou.

Já o ministro de Negócios Estrangeiros do Irã, Hossein Amirabdollahian, advertiu na quinta-feira (26) que os Estados Unidos (EUA) "não serão poupados", caso a guerra em Gaza continuar.

O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, afirma que o Ocidente ignora as leis "quando é derramado sangue muçulmano". Erdogan teceu mais críticas aos governos ocidentais e à resposta destes aos bombardeios de Israel sobre Gaza.

"O que aconteceu à Declaração Universal dos Direitos Humanos?", perguntou o presidente turco, e emendou: "eles não dão atenção se não servir o seu propósito. Porquê? Porque o sangue que está sendo derramado é muçulmano".

O chefe de Estado turco cancelou a visita que faria na quarta-feira a Israel, e chegou a lamentar o fato de ter apertado a mão do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, na Assembleia Geral da ONU, no mês passado, em Nova York.

O primeiro-ministro dos Países Baixos, Mark Rutte, reiterou que a operação "para eliminar o Hamas" é necessária, mas que deve respeitar o Direito Internacional.

"Infelizmente, é preciso que haja uma operação militar para eliminar o Hamas, não há outra forma, de outro modo Israel não pode sobreviver a longo prazo", disse ao chegar a Bruxelas para a reunião do Conselho Europeu.

"Mas isto deve ser feito com danos mínimos para a população civil", acrescentou. (Agência Brasil)

## Brasil articula 5ª proposta de resolução em conselho da ONU



Foto: Reuters - Segur, Moreno, Flickr

Página 6

### Esporte

## Jovens brigam por prêmio milionário no automobilismo

Depois de quatro etapas e 12 corridas disputadas, a Stock Series se encaminha para a reta final de uma acirrada temporada 2023. No próximo fim de semana (28 e 29/10), a categoria de acesso à Stock Car realiza sua quinta e penúltima rodada, no Autódromo Velocitta, em Mogi Guaçu (SP), onde serão definidos os jovens finalistas na luta pelo título e também na briga pelo maior prêmio já oferecido no automobilismo nacional: o equivalente a R\$ 2,5 milhões destinados ao campeão para garantir o orçamento no cobiação grid da Stock Car em 2024.

Aos 20 anos, Zezinho Muggiati é um dos principais protagonistas na disputa pelo superprêmio, concedido pelo Grupo Veloci, proprietário da Vicar — organizadora das duas categorias — por meio da Stock Auto-Service, rede de serviços automotivos do grupo. Atual líder do campeonato, o parana-

ense da equipe W2 Racing Pro-GP venceu cinco provas (três em Interlagos e duas no Velopark), conquistou quatro poles e já esteve no pódio em nove oportunidades, marcando um total de 273 pontos até o momento.

Outro que desponta como favorito na luta pelo título e pela vaga na Stock Car no ano que vem é o gaúcho Gabriel Robe. Aos 26 anos, o piloto da Garra Racing Team já ocupou a liderança do campeonato ao término das etapas 2 e 3 (em Tarumã e Cascavel), mas foi novamente superado por Zezinho na rodada realizada no Velopark, em setembro. Campeão da divisão de acesso à Stock Car em 2017, Robe soma nesta temporada três vitórias (duas em Tarumã e uma em Cascavel), três poles e oito pódios, além de 257 pontos.

Pietro Rimbandi é outro campeão da categoria em ação no grid em 2023. Com 25 anos, o paulista acelera no campeonato pela RKL Competições e também sustenta



Foto: Duda Bairros

A Stock Series entra em sua reta final neste fim de semana, no Velocitta

bons números na sua caminhada para buscar um lugar na Stock Car no ano que vem. Dono do título em 2020, Rimbandi soma 218 pontos e já conquistou uma vitória nesta temporada (em Cascavel), além de sete pódios e uma pole.

Além de Muggiati, Robe e Rimbandi, todos com mais rodagem no grid da Series, pelo me-

sendo 13 dos últimos 19 campeões da Stock Car, agora partem para o momento crucial do campeonato: no Velocitta, durante as três largadas da penúltima etapa, serão definidos os finalistas ao título e ao maior prêmio da história do automobilismo brasileiro.

### Classificação do campeonato após quatro etapas:

1º - Zezinho Muggiati, 273 pontos; 2º - Gabriel Robe, 257; 3º - Pietro Rimbandi, 218; 4º - Arthur Gama, 207; 5º - Felipe Barrichello Bartz, 192; 6º - Mathias de Valle, 189; 7º - Hugo Cibien, 150; 8º - Bruna Tomaseilli, 146; 9º - Kaká Magno, 139; 10º - Felipe Papazissis, 128; 11º - Enzo Bedani, 109; 12º - Vinicius Paparelli, 108.

### Calendário da temporada 2023

5ª etapa - Velocitta - 29 de outubro; 6ª etapa - Interlagos - 17 de dezembro.

## VIII Circuito Paulista de Vôlei de Praia: etapa de Piracicaba começa nesta sexta com o quali

A programação da etapa de Piracicaba do VIII Circuito Paulista de Vôlei de Praia tem início nesta sexta-feira, dia 27, com a disputa do Torneio de Qualificação Masculino. Nove duplas entram em quadra a partir das 10h, na Arena Sunset, para a disputa das sete vagas restantes da Chave Principal, que será disputada no sábado e domingo. Já o torneio feminino terá 15 duplas, todas

entrando direto da Chave Principal. A Arena Sunset fica na Rua Aujovil Martini, 740, no bairro Dois Córregos.

A etapa de Piracicaba marca o encerramento do VIII Circuito Paulista de Vôlei de Praia. Depois de passar por Tatuí, Campinas e Franca, a competição conhecerá os melhores do ano nos dois gêneros. O evento é uma realização da Federação Paulista de Volleyball e tem como objetivo incentivar e desenvolver a modalidade em todo o estado. Ao longo da temporada, torneio para adultos e categorias de base fazem parte do calendário.

O Quali masculino da quarta etapa reunirá as seguintes equipes: Luiz Arthur/Eduardo Borges, Basílio/Sidão, Paulo Tomé/Rafael, Hugo/Lucas Faria, Samuel/Lucas Pugliese, Orlando/Guilherme, Rafael Boni/Bruno Pinheiro, Murilo Moraes/Thales

e Rodrigo/Ruriah. Os classificados se juntarão aos nove pré-classificados (oito pelo ranking e um convidado). São eles, Dente/Adauto, Bonilha/Justo, Leo Veronezi/Arthur, Erenilson/Marcos, Fabio/ Kirsenthenn, Tiago/Mizael, Nilton/Pezão, Robert/Cauã e José Diego/Tarcisio (WC).

Já as duplas da Chave Principal do feminino são: Livia/Etieny, Carolina/Aninha, Jade/Kedma,

Luana Cabral/Ariele, Marli/Val, Jéssica Borges/Paloma, Mariana/Giovanna, Camila Carrijo/Juju, Ele/Fer Battistetti, Carol Ferreira/Nivea Campos, Rafaela/Welly, Lucília/May, Samantha/Tamara, Gabi/Francianna e Luciamara/Teodora

O VIII Circuito Paulista de Vôlei de Praia tem organização e realização da Federação Paulista de Volleyball. Mais informações no site www.fpv.com.br

# Campanha de Multivacinação termina dia 31 deste mês

## Nova tarifa de táxi passa a valer a partir deste sábado (28)

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Executiva de Transporte e Mobilidade Urbana (SETRAM) e do Departamento de Transportes Públicos (DTP), informa que a partir deste sábado, 28 de outubro de 2023, entram em vigor os novos valores da tarifa de táxi. Durante o período de transição para aferição dos taxímetros, os taxistas vão utilizar tabela de conversão para cobrar novos valores.

A bandeirada (valor inicial da corrida) passa de R\$ 5,50 para R\$ 6,00 nos táxis categorias Comum, Comum Rádio e Especial. Nos veículos de Táxi Luxo passa de R\$ 8,25 para R\$ 9,00. O último reajuste dos táxis aconteceu em abril de 2022.

A Bandeira 2 (cobrada das 20h às 6h, de segunda a sábado, e o dia todo aos domingos e feriados) não teve alterações, permanece o acréscimo percentual de 30% a ser aplicado sobre a tarifa quilométrica.

O reajuste das corridas tem como base a recomposição da inflação no período e o aumento dos custos com a manutenção dos veículos (conservação dos pneus, troca de óleo lubrificante, lavagens, licenciamento, valor do seguro e limpeza, entre outros). A composição da corrida inclui, além da bandeirada, os valores da tarifa quilométrica (por quilômetro rodado) e da tarifa horária (quando o táxi fica parado ou circula a menos de 15 km por hora).

O Governo de SP, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, alerta para o prazo final da Campanha de Multivacinação, que termina no próximo na próxima terça-feira, dia 31 de outubro. Desde o lançamento da campanha no final de setembro, mais de 491,9 mil crianças entre 0 e 14 anos foram imunizadas. A iniciativa também verificou a carteira de vacinação de mais de 851,5 mil crianças e adolescentes menores de 15 anos de idade em todos os 645 municípios paulistas.

“O objetivo da campanha é aumentar as coberturas vacinais de todas as vacinas do calendário básico, atualizando as doses faltantes nas carteiras de vacinação. São disponibilizadas todas

as vacinas e cada município realiza sua própria estratégia. Se você ou alguma criança da sua família ainda não verificaram se estão com as vacinas em dia, procure um posto de vacinação ou algum dos locais que fazem parte da campanha no seu município até o dia 31 e participe”, afirma a diretora do Centro de Vigilância Epidemiológica da SES-SP, Tatiana Lang.

São disponibilizadas vacinas para Poliomielite, Meningocócica C Conjugada, Tríplice Viral (Sarapampa, Caxumba e Rubéola), Febre amarela, Pentavalente (difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e doenças invasivas causadas pelo Haemophilus influenzae b), HPV (entre 9 e 14 anos de idade),

BCG (tuberculose) e Covid-19.

A campanha checou a carteira de 171,5 mil bebês com menos de um ano e vacinou 113,8 mil deles. Entre crianças de 1 a 4 anos de idade, 244,5 mil compareceram aos postos de vacinação e 131,9 mil foram imunizadas. 181,7 mil crianças entre 5 e 8 anos tiveram suas carteiras verificadas e 67,2 mil delas receberam doses das diversas vacinas oferecidas. Na faixa etária entre 9 e 14 anos, 253,6 mil jovens foram aos postos e 158,9 mil receberam as vacinas. Entre as vacinas ministradas exclusivamente a crianças entre 9 e 14 anos, que incluem a vacina para HPV e MeningoACWY, mais de 273 mil doses foram aplicadas.

Como parte da campanha, os municípios recebem todo o apoio para oferecer as vacinas e fazer a checagem das carteiras de vacinação em escolas e outros locais de alta circulação ou em áreas rurais, além dos 5 mil pontos de vacinação já existentes no estado. A pasta de saúde estadual esclarece que cada município tem a sua própria estratégia e é responsável pela vacinação.

O site Vacina 100 Dúvidas, do Governo de São Paulo, reúne as 100 dúvidas mais frequentes sobre as vacinas nos buscadores da internet. Este é um espaço com informações claras para desmistificar fake news com relação à imunização, garantindo assim a proteção de toda a população.

## 109 municípios aderem ao programa UniversalizaSP

Lançado em junho deste ano pelo Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), o programa UniversalizaSP encerrou, neste mês, a etapa de adesão dos municípios. Ao todo, 109 – das 275 cidades – das três Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário (URAEs), não atendidas pela Sabesp, que operam os serviços de saneamento básico por meio de autarquias e/ou serviços municipais, receberão apoio técnico do Estado.

O objetivo é auxiliar as prefeituras a anteciparem as metas de universalização, previstas no Novo Marco do Saneamento, que estabelece que 99% da população tenha acesso à água potável e 90% à coleta e tratamento de esgoto, até 2033. Por meio do programa, o município passa a contar, também, com suporte na avaliação do arcabouço jurídico vigente, estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, jurídica e ambiental da prestação dos serviços, avaliação da estrutura de governança necessária, elaboração de modelos societários,

regulatórios e contratuais, além do mapeamento de potenciais investidores.

“Estamos muito satisfeitos com o número de adesões. Isso mostra a preocupação não só do Estado, mas também dos municípios, em levar um serviço de qualidade para a população. A partir desta etapa, vamos trabalhar em conjunto na estruturação de concessões ou PPPs, que garantam a sustentabilidade dos negócios a longo prazo, por meio de um modelo que priorize eficiência e modicidade tarifária”, explicou a Secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Lo-

gística, Natália Resende.

Durante o mês de novembro, será iniciada a fase de alinhamento com as prefeituras que aderiram ao projeto, com apresentação de casos de sucesso de parcerias e concessões já em andamento no Estado. Após essa etapa, os estudos de viabilidade e modelagem das soluções começarão a ser desenvolvidos pelas equipes técnicas para apresentação e debate junto ao município. Na sequência, estão previstas, ainda, a validação das propostas, apresentação à sociedade e apoio nos processos de contratação e implementação dos modelos.

## SP divulga notas e classificação prévia do concurso de professores

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seceduc-SP) divulgou os resultados do concurso para professores dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, realizado no último mês de agosto. A relação inclui a pontuação das provas objetivas, discursiva, prática (videoaula) e de títulos. São 15 mil vagas distribuídas nas 91 Diretorias Regionais de Ensino.

As informações estão disponibilizadas na página da Fundação Vunesp, responsável pela aplicação das provas. O prazo para interposição de recursos é

até esta sexta-feira (27).

“Em dez anos, esse é o primeiro concurso para contratação de professores efetivos nas escolas estaduais paulistas. Nossa rede é grande e exige profissionais qualificados. A expectativa é que os aprovados comecem a atuar já a partir do próximo ano letivo”, explica o secretário da Educação, Renato Feder.

Cerca de 290 mil profissionais se inscreveram no concurso. Os candidatos foram avaliados em 30 questões de múltipla escolha e duas questões discursivas relacionadas aos temas do Currículo Paulista e à metodologia de

ensino. Para o exame prático, os professores enviaram uma videoaula com duração entre cinco e sete minutos sobre o componente curricular de interesse em atuação.

As 15 mil vagas são divididas em: 10.742 para a Jornada Ampliada de Trabalho Docente (40 horas semanais de trabalho) e 4.258 para Jornada Completa de Trabalho Docente (25 horas semanais de trabalho). Os salários iniciais são de R\$ 5.000 e R\$ 3.125, respectivamente. Conforme evolução funcional, os professores podem atingir remuneração de até R\$ 13 mil na rede estadual.

Além das notas, a Secretaria publicou nesta quarta-feira a classificação prévia dos aprovados. A listagem final (geral e especial) será divulgada após a etapa de recursos. É de responsabilidade dos candidatos acompanhar no Diário Oficial do Estado as publicações de convocação e perícias médicas.

Na data da convocação, o candidato deve apresentar na perícia documento de identidade oficial com foto, laudo médico e exames complementares. O profissional que não atender ao chamamento poderá ser excluído da seleção.

## Homicídios dolosos caem 5,9% em setembro no estado de São Paulo

O mais recente balanço sobre as estatísticas criminais revelou que os casos de homicídios dolosos ou intencionais continuam em queda no estado de São Paulo. Segundo dado divulgado na quarta-feira (25) pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, o estado registrou 238 casos de homicídios dolosos no mês de setembro, queda de 5,9% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Entre janeiro e setembro, foram registrados 1.931 homicídios dolosos, 9,6% a menos que no mesmo período de 2022. Segundo a secretaria, esse é o menor número já registrado para o período desde 2001, quando a série histórica foi iniciada.

Por outro lado, os estupros continuam crescendo no estado. Em setembro foram registrados 1.249 estupros, contra 1.237 no ano passado. Considerando-se o período entre janeiro e setembro, foram registrados 10.803 casos, alta de 8,6% em relação a igual período de 2022. Segundo a secretaria, o crime de estupro é o que enfrenta o maior índice de subnotificação, ou seja, o número de casos pode ser ainda maior do que o denunciado. Apesar disso, a secretaria informa que o aumento no número de casos neste ano de 2023 pode ser resultado de um aumento das denúncias.

O crime de latrocínio (roubo

seguido de morte) também apresentou queda em setembro, passando de 19 casos no ano passado para 16 neste ano. Para a secretaria, a redução dos indicadores de crimes que resultam em morte, como os homicídios e latrocínios, é resultado “da atuação das forças policiais e da criação de políticas públicas eficazes”, entre elas a implementação do Sistema de Informação e Prevenção aos Crimes Contra a Vida (SPVida), plataforma que automatiza os dados e permite que as polícias analisem os crimes e elaborem planos de ações para reduzir as mortes no estado.

Depois de queda no último balanço divulgado pela secreta-

ria, o crime de furto em geral voltou a crescer no estado. Em setembro, foram registrados 48.174 furtos, aumento de 3,8% em relação a setembro do ano passado. No ano, o crescimento foi de 3,3%, somando 431.140 notificações.

Os roubos em geral, por sua vez, continuam em queda. Em setembro, a secretaria recebeu a notificação de 17.891 roubos no estado, queda de 10,4% em relação ao mesmo mês do ano passado. Considerando-se o período entre janeiro e setembro de 2023, a queda em comparação ao acumulado do ano passado foi de 3,9%, com 171.593 casos. (Agência Brasil)

## São Paulo repara cadeiras de rodas e emite carteira do autista em São Sebastião

A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPeD) vai integrar um mutirão de serviços do governo de São Paulo em São Sebastião, no Litoral Norte, a partir desta sexta-feira (27), no Complexo Turístico da Rua da Praia, com o programa Gabinete 3D. A iniciativa coloca o estado mais perto das comunidades e leva o atendimento público até o cidadão para fazer a diferença na vida de todos e gerar oportunidades para quem mais precisa.

Em seu estande, nos dias 27 e 28 de outubro, das 9h às 16h30, a secretaria vai oferecer serviços gratuitos de reparos em cadeiras de rodas e bengalas, além de orientar, receber e cadastrar currículos de pessoas com deficiência

que buscam inserção no mercado de trabalho.

“A verdadeira inclusão acontece quando todas as pessoas têm a oportunidade de participar plenamente da sociedade e é isso que estamos buscando alcançar com a oferta de serviços estaduais por meio do Gabinete 3D em São Sebastião”, destaca o secretário de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Marcos da Costa.

Os reparos acontecem em parceria com a SPDM, associação que administra os Centros de Informação à Pessoa com Deficiência da pasta estadual localizados nas estações Barra Funda e Tatuapé, na capital, e oferecem esses serviços de forma gratuita à população com deficiência.

Já as orientações, recebimento e cadastro de currículos são ações do programa Meu Emprego Inclusivo, que promove o desenvolvimento profissional, a inclusão e a permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Através da iniciativa, o estado de São Paulo conta com 20 polos de Empregabilidade Inclusiva, que atuam com equipes especializadas no atendimento a esse público realizando esses serviços e fazendo a ponte com empresas que estão comprometidas com a diversidade e a inclusão e se cadastraram no programa para ofertar vagas para pessoas com deficiência.

Os atendimentos no estande

da secretaria serão acessíveis com o apoio de intérpretes de Libras presenciais e também de forma online por meio do programa São Paulo São Libras, que permite o acionamento de intérpretes por meio de videochamada para facilitar a comunicação com pessoas com deficiência auditiva.

Pessoas autistas também poderão emitir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CipTEA) no Gabinete 3D. O documento facilita a identificação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos serviços públicos e privados em todo o território paulista, e auxilia na garantia dos direitos previstos em lei, como filas e atendimentos preferenciais.



**CÂMARA (São Paulo)**  
Começaram as audiências públicas pra votação do Zoneamento (uso do solo) da maior cidade do Brasil (uma das maiores do mundo), na qual convivem comunidades nativas, europeias, africanas, árabes, asiáticas etc...

**PREFEITURA (São Paulo)**  
O católico Ricardo Nunes (MDB) vem fazendo o que a diplomacia internacional não faz [na ONU]. Sendo “Pai da Periferia”. Acontece que o sobrenome Nunes (português) tem origem latina. Se escreve “Nunius”, que é “Pai” ...

**ASSEMBLEIA (São Paulo)**  
Deputados e deputadas - reeleitos e eleitos - estão se tornando porta-vozes da guerra entre Israel e a ‘Palestina’ do hamas. Na banca dos militares, quase todos já estão a favor de Israel contra a ‘Palestina’ do hamas

**GOVERNO (São Paulo)**  
O Estado é o mais desenvolvido do Brasil. Seria um dos 20 maiores países do mundo. O vice-governador Ramuth (PSD), que é judeu, passou a ser relevante com países que apoiam Israel na guerra com a ‘Palestina’ do hamas

**CONGRESSO (Brasil)**  
Após apenas 20 dias de guerra(s) de Israel contra a ‘Palestina’ do hamas, você sabe o que estão dizendo e fazendo os 2 senadores + 1 senadora por São Paulo e os 70 deputados federais ?

**PRESIDÊNCIA (Brasil)**  
‘Janja’ é hoje a única que nunca será demitida. O vice Alckmin - PSB - pode ser escondido, mas ela tá mandando no 3º governo do marido Lula (dono do PT). Isso sim é ter “poder de fogo”

**PARTIDOS (Brasil)**  
Ontem completou 1 ano que o PTB não é mais o partido fundado por Getúlio Vargas em 1945. Como ficou a con’fusão’ com outro partido e como ficou o nome que teria sido adotado ? É guerra ?

**JUSTIÇAS (Brasil)**  
O site oficial do TSE (Justiça Eleitoral) continua mostrando 30 partidos no Brasil, sendo que deveriam ser 29, com a ‘fusão’ do PTB que foi do Varguismo e depois do Jefferismo. O que diz o Supremo ?

**ANO 31**  
O jornalista Cesar Neto é editor da coluna [diária] de política - **cesarneto.com** - na imprensa (Brasil), desde 1993. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara São Paulo) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP), por se tornar “referência das liberdades que DEUS nos deu

**cesar@cesarneto.com**

**Jornal O DIA S. Paulo**  
Administração e Redação  
Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263  
3º andar  
CEP: 01332-030  
Fone: 3258-1822  
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line  
Mensal: R\$ 20,00  
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal  
Atas, Balanços e Convocações  
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária  
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Jornalista Responsável  
Maria Augusta V. Ferreira  
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br  
Site: www.jornalodiasp.com.br

# Projeto aprovado de offshores pode elevar arrecadação, diz Ministro

A versão final do projeto sobre os fundos exclusivos e as *offshores*, aprovada na noite da quarta-feira (25) pela Câmara dos Deputados, poderá elevar a arrecadação do governo em relação ao inicialmente planejado, disse na quinta-feira (26) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, a adesão poderá ser maior após mudanças feitas pelos deputados.

“Tem gente esperando que possa haver aumento na arrecadação, já que os deputados introduziram mecanismos que estimulam a adesão”, disse o ministro. “Como a alíquota ficou abaixo da prevista originalmente, a adesão deve ser maior.” O Ministério da Fazenda ainda não forneceu uma estimativa de alta da arrecadação após as alterações no projeto.

O ministro referiu-se à alíquota

de 8% para quem antecipar, até o fim do ano, o pagamento do Imposto de Renda em quatro parcelas sobre os rendimentos acumulados nos fundos exclusivos e nas *offshores* (empresas que aplicam recursos no exterior). Originalmente, o governo tinha proposto 10%. O relator do projeto na Câmara, Pedro Paulo (PSD-RJ), tinha reduzido a alíquota para 6%, mas elevou para 8% pouco antes da votação.

Quem não quiser antecipar o pagamento de Imposto de Renda pagará, a partir de maio de 2024, 15% sobre os rendimentos acumulados. Nesse caso, o número de parcelas sobe para 24 (dois anos).

Na avaliação do ministro, o texto final ficou bom, com altas chances de aprovação no Senado. “Ficou bom. A Câmara fez um bom trabalho. Vamos para a se-

gunda etapa”, afirmou Haddad.

Apesar da vitória em relação aos fundos exclusivos e às *offshores*, a equipe econômica sofreu uma derrota no Congresso. Também na noite desta quarta, o Senado aprovou o projeto de lei que prorroga, até 2027, a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia. Sobre um possível veto ao projeto, Haddad disse que conversará com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é o responsável pela decisão.

Por diversas vezes, Haddad defendeu que o tema fosse discutido apenas na segunda fase da reforma tributária, que prevê a reformulação do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Em junho, o ministro chegou a dizer que o projeto é inconstitucional, sem entrar em detalhes.

O governo precisa de pelo menos R\$ 168 bilhões no próximo ano para cumprir a promessa de zerar o déficit primário em 2024. Dentre as medidas já tomadas este ano, a taxa de super-ricos, tanto por meio dos fundos exclusivos como das *offshores*, é um dos principais projetos para diminuir o déficit nas contas públicas.

Haddad reiterou que o governo precisa aumentar as receitas em um momento em que gasta mais para recompor programas sociais e restabelecer os pisos de gastos para a educação e a saúde. De acordo com o ministro, todas as medidas que contribuam para reequilibrar as contas públicas são bem-vindas.

“Estamos há dez anos perdendo receitas, abrindo mão de receita. Nós estamos criando despesas de um lado, algumas

das quais muito meritórias, mas a gente tem de cuidar da receita para equilibrar as contas e ter a sustentabilidade fiscal maior”, declarou.

O ministro também comentou a proposta do relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), de elevar de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões o Fundo de Desenvolvimento Regional, que vai compensar o fim de incentivos fiscais em estados de menor renda. Ele disse que o impacto fiscal da mudança ficou diluído e que a mudança ajudará a aprovar a reforma no Senado.

“Ficou muito para frente [o impacto fiscal]. É um valor pequeno por ano. Com um orçamento de R\$ 2 trilhões você ter R\$ 2 bilhões de incremento anual me pareceu um pleito justo dos governadores. Ficaram os R\$ 40 bi-

lhões. Depois da transição feita, a cada ano um aporte adicional”, afirmou o ministro. “Depois de 40 anos, viabilizar um texto merece ser celebrado.”

Sobre a troca na presidência da Caixa Econômica Federal, Haddad disse ter conversado “lateralmente” sobre o tema com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). “É da alçada do presidente da República. Eu participei das conversas, mas é uma decisão que é tomada pelo presidente”, declarou.

Na quarta-feira (25), a presidente da Caixa, Rita Serrano, foi demitida. O novo presidente será Carlos Antônio Vieira Fernandes, indicado por Lira. Economista e servidor de carreira do banco público, Fernandes presidiu o Funcef, o fundo de pensão dos funcionários da Caixa. (Agência Brasil)

## Paraná é o 2º do país em atividades de baixo risco dispensadas de licenças

O Paraná saltou de último para o segundo lugar no Ranking Nacional de Dispensas de Alvarás e Licenças, do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, divulgado na quinta-feira (26), pelo governo federal. O ranking fornece indicadores relativos às atividades econômicas dispensadas de alvarás e licenças nos estados e municípios, para atividades consideradas de baixo risco. Em primeiro está o Piauí com 858 atividades.

O relatório do 3º trimestre de 2023 aponta que o Paraná passou a contar com 771 atividades econômicas, consideradas de baixo risco, o que garantiu a nova posição do Estado no ranking.

O novo posicionamento se deve ao programa Descomplica Paraná, que facilitou investimentos e acelerou a geração de empregos em todo o Estado. Por meio do programa, a administração estadual publicou o Decreto do Baixo Risco 3.434/23, que regulamentou a Lei Estadual 20.436/20, conhecida como Lei de Liberdade Econômica, facilitando a vida dos empreendedores paranaenses.

Para o governador Carlos Massa Ratinho Junior a notícia do salto no ranking valida todo o esforço do Comitê Permanente de Desburocratização e do programa Descomplica Paraná, ambos liderados pela Casa Civil, em par-

ceria com secretarias estaduais, para facilitar abertura de empresas e acabar de vez com a morosidade do serviço público.

“Sair do último para o segundo lugar certamente consolida que estamos no caminho certo para o fortalecimento da nossa economia. No Brasil, historicamente, prazo é sinônimo de atraso e a burocracia no setor público sempre foi alvo de críticas do setor produtivo e dos novos empreendedores. O Estado deve ser um facilitador da atividade econômica, e não um criador de entraves”, afirmou o governador.

“Permitir a abertura de uma empresa em poucas horas não quer dizer ausência de controle, mas compreender a intenção de quem está empreendendo e vontade de fazer acontecer. É isso que buscamos aqui no Paraná”, completou.

O relatório divulgado nesta quinta-feira aponta ainda os municípios brasileiros com mais dispensas, com destaque para Pinalzinho (SC) com 1.129 atividades, e Paranavaí, na região Noroeste do Paraná, com mais de 700 atividades econômicas dispensadas.

Desde a publicação do Decreto de Baixo Risco, em setembro deste ano, a Junta Comercial do Paraná (Jucepar), a Casa Civil e o Sebrae-PR vêm rodando as cidades do Estado para explicar a importância de as prefeituras aderirem à legislação estadual.

O decreto dispensa 771 atividades econômicas de baixo risco da emissão de licenças para abertura de empresas, permitindo que o empreendedor possa emitir Nota Fiscal pouco tempo depois de dar entrada no processo. O objetivo é elevar o ambiente de negócios, gerando mais renda e empregos a partir da desburocratização.

Entre as licenças isentas para as atividades de baixo risco estão as do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Instituto Água e Terra (IAT) e Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), desde que a atividade econômica não apresente nenhum risco para o público. Mas para que as empresas obtenham a agilidade da isenção das licenças, os municípios precisam aderir ao decreto estadual.

“Sem sombra de dúvidas essa alavancagem no ranking é uma vitória para o Governo do Paraná. Sem a obrigatoriedade das licenças, não há necessidade de tramitar pedidos em diferentes órgãos, já que todo o processo está concentrado em uma única plataforma, o portal Empresa Fácil, refletindo mais agilidade, o que resultou na mudança de posição no ranking”, comemora o assessor da Casa Civil e chefe do Centro Estadual de Desburocratização do Estado, coronel Jean Puchetti.

O secretário da Indústria,

Comércio e Serviços, Ricardo Barros, destaca que o Decreto de Baixo Risco é um avanço para o empreendedorismo paranaense. Ele explica que a isenção das licenças para empresas que não representam risco ao público era uma demanda antiga na busca por agilidade nos negócios que foi atendida na gestão do governador Carlos Massa Ratinho Junior.

“O Decreto de Baixo Risco é resultado de um esforço para transformar o Paraná no melhor ambiente de negócios do Brasil, com agilidade e respostas rápidas para quem empreende e gera emprego e renda no Estado. Vale destacar que cerca de 70% dos empregos no Paraná são gerados por micro e pequenas empresas, que são o principal público atendido pelo decreto. Por isso a importância do salto nesse ranking”, ressalta o secretário da Indústria, Comércio e Serviços.

O Comitê vem trabalhando desde março no serviço de orientação sobre o decreto para os municípios. As prefeituras poderão adequar as legislações municipais ao Decreto Estadual do Baixo Risco e, até 31 de dezembro, os municípios que ainda não tiverem regulamentação deverão aderir automaticamente ao decreto estadual. Ponta Grossa foi a primeira cidade a revogar a lei municipal e aderir à legislação do Estado. (AENPR)

## Receita Federal diz que procura por stablecoins cresce no Brasil

Levantamento da Receita Federal constata “crescimento significativo” no uso das chamadas stablecoins – criptomoedas que, ao contrário de outras bitcoins dinheiro eletrônico, costumam manter paridade com moedas ou cesta de moedas oficiais; ou com ativos, como, por exemplo, commodities.

Dessa forma, além de garantir mais estabilidade, as stablecoins ampliam as possibilidades de uso, servindo, inclusive, para pagamentos.

Segundo a Receita, que faz esse levantamento mensalmente desde 2019, a stablecoin que obteve maior destaque foi a criptomoeda Tether.

“No período observado pelo Fisco foi negociada a Tether em patamar acumulado superior a R\$ 271 bilhões, quase o dobro do volume do Bitcoin no mesmo período (mais de R\$

151 bilhões)”, informou a Receita.

As duas stablecoins mais negociadas no Brasil – USDT (Tether) e a USDC – têm paridade com o dólar norte-americano. Outra bastante utilizada no país é a BRZ, que tem a paridade com o Real.

“A partir da análise de dados públicos é possível observar uma mudança significativa no perfil das transações envolvendo criptomoedas nos últimos anos. A negociação de Bitcoin e outras criptomoedas foi superada em larga escala pela movimentação de stablecoins como o Tether”, diz o levantamento.

Essa mudança de comportamento chama atenção da Receita porque pode refletir significativamente no cenário tributário e regulatório das criptomoedas no país. (Agência Brasil)

## Ministro diz que renegociação possibilita crédito ao pequeno produtor

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, disse na quinta-feira (26) que a renegociação de dívidas dos pequenos agricultores vai permitir que essas famílias voltem a acessar o crédito rural. “A gente oferece numa mão crédito muito vantajoso e na outra mão tem gente que não pode acessá-lo exatamente porque está negativada. Essa pessoa tem que ser abrangida”, disse, ao participar da cerimônia de entrega do Prêmio Pacto Contra a Fome, na capital paulista.

Na segunda-feira (23), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que a plataforma Desenrola poderá ser usada para renegociar dívidas de pequenos produtores rurais. O programa de renegociação de dívidas já permitiu R\$ 16 bilhões em acordos na primeira fase e leilou R\$ 126 bilhões em descontos na segunda fase. A iniciativa está agora na terceira etapa, em que promove o refinanciamento de dívidas bancárias e de consumo de até R\$ 5 mil para devedores que ganham até dois salários mínimos.

Após essa fase, a ideia é que a plataforma, desenvolvida pela B3 (bolsa de valores brasileira), permita a renegociação de dívidas dos pequenos produtores rurais. “Enquanto isso as nossas equipes estão trabalhando para preparar essa plataforma para o agricultor familiar”, en-

fatizou o Teixeira.

Ainda não existe uma estimativa de quantos produtores poderiam ser beneficiados ou qual seria o montante de renegociação que o programa deve alcançar.

A plataforma do Desenrola está disponível no site [www.desenrola.gov.br](http://www.desenrola.gov.br). Para acessá-la, o consumidor precisa ter cadastro no Portal Gov.br, com conta nível prata ou ouro e estar com os dados cadastrais atualizados. Em seguida, o devedor terá de escolher uma instituição financeira ou empresa inscrita no programa para fazer a renegociação. Em seguida, bastará selecionar o número de parcelas e efetuar o pagamento.

A página irá listar as dívidas por ordem de desconto, do maior para o menor. Na etapa de leilões, 654 empresas apresentaram as propostas, com o desconto médio ficando em 83% do valor original da dívida. No entanto, em alguns casos, o abatimento superou esse valor, dependendo da atividade econômica.

Os consumidores precisam ficar atentos. A portaria do Ministério da Fazenda que regulamentou o Desenrola dá 20 dias, a partir da abertura do programa, para que as pessoas peçam a renegociação de suas dívidas. Caso o devedor não renegocie nesse intervalo, a fila anda e a oportunidade passa a outras pessoas. (Agência Brasil)

## Prévia da inflação oficial fica em 0,21% em outubro, informa IBGE

A prévia da inflação oficial no mês de outubro ficou em 0,21%, abaixo da taxa de setembro, que foi 0,35%. O resultado divulgado na quinta-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi influenciado, principalmente, pela alta nos preços das passagens aéreas, que subiram 23,75% e representam 0,16 ponto percentual (p.p.) do índice.

No ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15) soma 3,96%. No acumulado de 12 meses foi de 5,05%, acima dos 5% regis-

trados em setembro.

### Influências

Apesar de o item transporte ter representado o maior impacto positivo na taxa - subiu 0,78% e respondeu por 0,16 p.p do IPCA-15, o comportamento dos preços dos combustíveis ajudou a inflação não ser maior, com queda de 0,44%, motivado pelas baixas da gasolina (-0,56%), etanol (-0,27%) e gás veicular (-0,27%). Apenas o diesel teve alta, 1,55%.

Sete dos nove grupos pesquisados registraram alta em outu-

bro. Os outros itens com resultado positivo foram habitação, artigos de residência, vestuário, saúde e cuidados pessoais, despesas pessoais, e educação.

### Alimentação

O item alimentação e bebidas foi o que mais segurou a prévia da inflação. Houve um recuo de 0,31% nos preços, o que respondeu por -0,07 p.p. no IPCA-15. Entre os alimentos que fizeram o custo da alimentação no domicílio ficar menor, destacam-se o leite longa vida (-6,44%), feijão-carioca (-5,31%), ovo de galinha (-

5,04%) e carnes (-0,44%).

### Metodologia

Para medir a prévia da inflação, o IBGE coletou as informações de preços no período de 15 de setembro a 13 de outubro. O indicador refere-se às famílias com rendimento de um a 40 salários-mínimos e abrange as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e do município de Goiânia.

Em setembro, o IPCA cheio, ou seja, a inflação oficial, foi de 0,26%. (Agência Brasil)

## STF valida retomada extrajudicial de imóvel de devedor

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou na quinta-feira (26) a lei que permite a retomada de imóveis de devedores sem necessidade de decisão judicial.

Os ministros rejeitaram o recurso de um devedor de Praia Grande (SP), que assinou um contrato com a Caixa para pagar um imóvel de R\$ 66 mil, mas deixou de arcar com as parcelas mensais de R\$ 687,38.

A defesa do devedor recorreu à Justiça para contestar a validade da Lei 9.514/1997, que estabeleceu a execução extraju-

dicial de imóvel em contratos mútuos de alienação fiduciária pelo Sistema Financeiro Imobiliário (SFI).

Por maioria de votos, a Corte seguiu voto proferido na sessão de ontem (25) pelo relator, ministro Luiz Fux, favorável à retomada extrajudicial de imóveis.

Para Fux, mesmo com a medida extrajudicial, o devedor pode entrar na Justiça para contestar a cobrança e impedir a tomada do imóvel. Na avaliação do ministro, a alienação fiduciária permitiu uma “revolução” do mercado

imobiliário do Brasil ao oferecer juros menores para esse tipo de empréstimo.

O entendimento foi seguido pelos ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Nunes Marques, Gilmar Mendes e o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso.

Os ministros Edson Fachin e Cármen Lúcia se manifestaram contra a execução sem decisão judicial.

Fachin afirmou que a retomada extrajudicial é desproporcio-

nal. “Esse procedimento, que confere poderes excepcionais a uma das partes do negócio jurídico, restringe de forma desproporcional o âmbito de proteção do direito fundamental à moradia”, argumentou o ministro.

De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), existem atualmente cerca de 7 milhões de contratos de empréstimo imobiliário na modalidade, de alienação fiduciária, número que representa R\$ 730 bilhões negociados. (Agência Brasil)



## CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EMBALAGENS

CNPJ/ME nº 10.534.653/0001-04 - NIRE 35.300.363.868 - SOCIEDADE ANÔNIMA

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA**

Ficam os senhores acionistas da CBE – COMPANHIA BRASILEIRA DE EMBALAGENS, CNPJ/ME nº 10.534.653/0001-04, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 4.º andar, conjunto 42, sala F, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-133 (“Companhia”) convocados para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária no dia 10/11/2023, às 14:30h, assembleia exclusivamente digital, por meio do aplicativo Microsoft Teams, ID da Reunião: 269 573 000 007, senha: 57521, conforme previsto na Lei nº 14.130 de 2020, para deliberar sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA: Sessão Extraordinária** (I) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, disponíveis em [www.cbedobrasil.com.br](http://www.cbedobrasil.com.br) e publicadas na central de balanços em 23/10/2023, em <https://centraledebalancos.esteleiro.serpro.gov.br/centraledebalancos/#/demonstracoes/10534653000104/0001>; (ii) Deliberação sobre o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (iii) Deliberação sobre a não distribuição de dividendos aos acionistas; **Sessão Ordinária**: (I) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022, disponíveis em [www.cbedobrasil.com.br](http://www.cbedobrasil.com.br) e publicadas na central de balanços em 23/10/2023, em <https://centraledebalancos.esteleiro.serpro.gov.br/centraledebalancos/#/demonstracoes/10534653000104/0001>; (ii) Deliberação sobre o resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) Deliberação sobre a não distribuição de dividendos aos acionistas; (iv) eleição dos membros do Conselho de Administração; e (v) Deliberação sobre o valor anual máximo da remuneração aos Membros do Conselho de Administração e dos Diretores da Companhia. Com vistas a permitir a organização dos trabalhos, solicitamos que eventuais procuradores autorizados pelos acionistas a seus representantes sejam encaminhadas para o e-mail [marcela.correia@interfloat.com.br](mailto:marcela.correia@interfloat.com.br), com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência da AGE. Atenciosamente, Roberto Lombardi de Barros – Presidente do Conselho de Administração.



## BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

**Edital de Primeira Convocação para a Vigésima Sétima Assembleia Geral dos Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 343ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização**

Ficam convocados os senhores titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 343ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Securitizadora”, respectivamente), nos termos da Cláusula Quinze do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 343ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Securitizadora, celebrado em 10 de fevereiro de 2015, conforme aditado (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em 1ª convocação para a Vigésima Sétima Assembleia Geral dos Titulares dos CRI (“Vigésima Sétima Assembleia” ou “AGT”, respectivamente), a ser realizada no dia 23 de novembro de 2023, às 10 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Securitizadora para a seguinte ordem do dia: (i) Ato de Resoluções dos Titulares do CRI para pagamento de despesas a serem suportadas pelo Patrimônio Separado, conforme definido no Termo de Securitização; (ii) Aprovação, ou não, das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado do CRI, conforme disponível no site da Securitizadora; e (iii) Ciência e definição, pelos Titulares dos CRI, das pendências documentais do CRI que serão apresentadas pelo Agente Fiduciário. Ser admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do “voto” está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis antes da realização da Vigésima Sétima Assembleia. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e ser acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: [produtos.bs@gruppp.com](mailto:produtos.bs@gruppp.com) e [compendiosos@pentagontrustee.com.br](mailto:compendiosos@pentagontrustee.com.br). Os documentos necessários para Titulares dos CRI são: (a) cópia digitalizada de identidade do titular do CRI, em formato pdf, cujo registro foi por procurador; cópia digitalizada de cópia da respectiva procuração (I) com firma reconhecida, abaixo bancado, ou, na ausência desta; (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identificação dos Titulares dos CRI e do outorgado. Os documentos necessários para Titulares dos CRI **peessoa jurídica** são: (a) cópia autenticada e digitalizada do estatuto, contrato social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação, legal do titular do CRI e; (b) cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal, ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (I) com firma reconhecida, abaixo bancado, ou, na ausência desta; (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgados da procuração e do outorgado. São Paulo, 25 de outubro de 2023. **Brazilian Securities Companhia de Securitização**

## VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 419ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 419ª Série da 4ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Geravitiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-900 (“CRI”, “Titulares dos CRI”, “Emissão”, e “Emissora” respectivamente), a **WÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA**, (“Agente Fiduciário”), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral (“Assembleia”), a ser realizada em 28 de novembro de 2023 às 10h20, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Recebíveis Imobiliários da Emissão (“Termo de Securitização”), para deliberar sobre: (a) A aprovação das não das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRI em circulação da Emissora, acompanhadas do Parecer de Auditores Independentes, nos termos do artigo 25 “1” da Resolução CVM nº 60; e a Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema “Microsoft Teams” de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para [gestao@virgo.inc](mailto:gestao@virgo.inc) com cópia para [juridico@virgo.inc](mailto:juridico@virgo.inc) e ao Agente Fiduciário para [agente.fiduciario@wortx.com.br](mailto:agente.fiduciario@wortx.com.br) preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de outubro de 2023.

**VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

## VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 38ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 38ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Geravitiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-900 (“CRI”, “Titulares dos CRI”, “Emissão”, e “Emissora” respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** (“Agente Fiduciário”), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral (“Assembleia”), a ser realizada em 2023 às 10h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Recebíveis Imobiliários da Emissão (“Termo de Securitização”), para deliberar sobre: (a) Aprovar as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRI em circulação da Emissora, acompanhadas do Parecer de Auditores Independentes, nos termos do artigo 25 “1” da Resolução CVM nº 60; e (b) Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o que fora deliberado no item acima. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema “Microsoft Teams” de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para [gestao@virgo.inc](mailto:gestao@virgo.inc) com cópia para [juridico@virgo.inc](mailto:juridico@virgo.inc) e ao Agente Fiduciário para [agente.fiduciario@oliveiratrust.com.br](mailto:agente.fiduciario@oliveiratrust.com.br) preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais; Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 27 de outubro de 2023. **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

## VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da ISEC Securitizadora S.A.)

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E DA 2ª SÉRIES DA 34ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e da 2ª Série da 34ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.), com sede na Rua Geravitiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-900 (“CRA”, “Titulares dos CRA”, “Emissão”, e “Emissora” respectivamente), a **PENTAGON S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** (“Agente Fiduciário”), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral (“Assembleia”), a ser realizada em 29 de novembro de 2023 às 10h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão (“Termo de Securitização”), para deliberar sobre: (a) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25 “1” da Resolução CVM 60, das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRA da Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; e (b) Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o que fora deliberado no item acima. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema “Microsoft Teams” de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para [gestao@virgo.inc](mailto:gestao@virgo.inc) com cópia para [juridico@virgo.inc](mailto:juridico@virgo.inc) e ao Agente Fiduciário para [assembleias@pentagontrustee.com.br](mailto:assembleias@pentagontrustee.com.br) preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de outubro de 2023.

**VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (atual denominação da ISEC Securitizadora S.A.)**

## VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 83ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 83ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Geravitiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900 (“CRA”, “Titulares dos CRA”, “Emissão”, e “Emissora” respectivamente), a **PENTAGON S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** (“Agente Fiduciário”), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral (“Assembleia”), a ser realizada em 14 de novembro de 2023 às 11h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão (“Termo de Securitização”), para deliberar sobre: (a) Autorização para que a Devedora e a Emissora celebrem o terceiro aditamento à Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 001/002/003/004/2028 RAA”, emitida pela Devedora em favor da Emissora em 19 de novembro de 2021 (“CPR-E”), para (i) alterar, no item “(xiv)” da Cláusula 8.3 da CPR-E, o índice de alavancagem, mediante a substituição do termo “EBITDA” por “EBITDA Ajustado” conforme definido na cláusula 8.3 da CPR-E; e (ii) alterar o cronograma de datas de pagamentos previsto no Anexo I da CPR-E, para incluir os eventos de amortização extraordinária a serem realizados em 31 de janeiro de 2024, 29 de fevereiro de 2024, e em 29 de março de 2024, em 29 de março de 2024, nos moldes e valores especificados no Material de Apoio; (b) Autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário celebrem o quarto aditamento ao Termo de Securitização, para alterar o cronograma de pagamentos previsto no Anexo I do Termo de Securitização, para incluir os eventos de amortização extraordinária a serem realizados em 31 de janeiro de 2024, 29 de fevereiro de 2024, e em 29 de março de 2024, nos moldes e valores especificados no Material de Apoio; (c) autorização para que a Devedora e a Emissora celebrem o quarto aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, para permitir que, conforme Cláusula 3.1.7 do Contrato de Cessão Fiduciária, em caso de desequilíbrio da Razão de Garantia da Cessão Fiduciária, a recomposição da garantia possa ser realizada mediante a cessão fiduciária de novos Contratos de Compra e Venda que atendam aos Critérios de Elegibilidade previstos na Cláusula 4 do Contrato de Cessão Fiduciária ou mediante aporte de recursos próprios da Devedora, em montante suficiente para atendimento da Razão de Garantia da Cessão Fiduciária; (d) autorização para que a Devedora, o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todos e quaisquer atos, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, às exclusivas expensas da Devedora. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema “Microsoft Teams” de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para [juridico@virgo.inc](mailto:juridico@virgo.inc) e ao Agente Fiduciário para [assembleias@pentagontrustee.com.br](mailto:assembleias@pentagontrustee.com.br) preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de outubro de 2023.

**VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

## Versada Educação S.A.

CNPJ/ME nº 26.193.756/0001-98 - NIRE 35300501322 (“Companhia”)

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 5 de Outubro de 2023**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada em 05/10/2023, às 9h, de forma remota, via videoconferência, nos termos do Estatuto Social. **2. Convocação e Presença:** Atendidos, pela Companhia, os requisitos de convocação previstos no artigo 24 da Lei 6.404/1976, através da seguinte ordem de chamada: (a) Lei das S.A.; (b) Estatuto Social. **3. Presença:** Presença de todos os acionistas titulares do capital social votante da Companhia, sendo considerados presentes os acionistas que participaram da reunião e/ou validamente exerceram o voto a distância, conforme registro eletrônico e/ou assinaturas de todos os acionistas que ora subscrevem. **4. Mesa:** Giancarlo Arduini, presidente; Arthur Prandato Buzatto, secretário. **4.1.** A Mesa designa a manifestação de voto do acionista Danilo Pereira da Costa Filho, sendo nomeada, autenticada e recebida na sede da Companhia. **5. Ordem do Dia e Deliberações:** Após discussões e examinadas, os acionistas da Companhia presentes à Assembleia decidiram, por unanimidade, sem emendas ou ressalvas, o quanto segue: **5.1.** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei das S.A. **5.2.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 59.361 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas pelos acionistas indicados no Anexo I, em moda corrente nacional. **5.3.** Os demais acionistas não listados no Anexo I expressamente, de maneira irrevogável e irretirável, renunciaram aos seus respectivos direitos de preferência para a subscrição das novas ações ordinárias emitidas em decorrência do aumento de capital ora aprovado. **5.4.** A subsequente e conexo à deliberação 5.2 acima, considerando a não integralização de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia anteriormente emitidas e subscritas pelos acionistas conforme descrição constante do Anexo II (“Ações Não Integralizadas”), aprovar, na forma dos artigos 173 e 174 da Lei das S.A., a redução do capital social da Companhia no montante correspondente ao preço de emissão total de tais Ações Não Integralizadas, equivalente ao montante de R\$ 1.326.178,27, com o consequente cancelamento das 101.336 Ações Não Integralizadas. **5.4.A.** Outro contínuo, aprovar o aumento do capital social da Companhia em R\$ 100,00, mediante a emissão de 9.194.104 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço global de emissão de R\$ 100,00. **5.4.1.** As novas ações ordinárias são, neste ato, subscritas e integralizadas pelos acionistas indicados no Anexo III, em moda corrente nacional. **5.4.2.** Os demais acionistas não listados no Anexo III expressamente, de maneira irrevogável e irretirável, renunciaram aos seus respectivos direitos de preferência para a subscrição das novas ações ordinárias emitidas em decorrência do aumento de capital ora aprovado. **5.4.3.** Conspiar que para das novas ações ordinárias ora emitidas são neste ato reconhecidas pela Companhia para manutenção em tesouraria, conforme respectivos termos de transferência celebrados no Livro de Transferência de Ações Nominativas da Companhia. **5.5.** Conspiar que as deliberações tomadas nesta Assembleia tornam-se não efetivas após o decurso do prazo legal de 60 dias para a oposição dos credores, na forma do artigo 174, da Lei das S.A. **5.6.** Em decorrência da redução de capital deliberada conforme item 5.3 acima e dos aumentos de capital deliberados conforme itens 5.2 e 5.4 acima, aprovar a alteração do artigo 5º, caput, do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: “*Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 129.347.088,19, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, representado por 30.107.703 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.*” **5.6.** Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada em forma sumária, tendo sido lida, aprovada e assinada electronicamente por todos os presentes. SP, 05/10/2023. Mesa: Giancarlo Arduini - Presidente; Arthur Prandato Buzatto - Secretário.

## Torres do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 08.350.109/0001-21 - NIRE 35.300.555.821

**Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24/07/2023**

**Data/Hora/Local:** 24/07/2023, 09hs, em São Paulo/SP. **Convocação:** Publicados no Jornal O Dia SP. **Presença/Acionistas:** representando mais de 98% do capital com direito a voto. **Mesa:** Presidente: Sr. Luis Humberto Diaz Jouanen e Secretário: Sr. Alberto de Orleans e Bragança. **Deliberações aprovadas: 7.1.** A lavratura ata em forma de sumário. **7.2. ADO: 7.2.1.** As Demonstrações Financeiras em 31/12/2022. **7.2.2.** A proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2022, no montante de R\$ 289.528.93,82, a ser destinado da seguinte forma: (1) 5%, correspondente a R\$ 14.476.449,69 para conta de Reserva Legal; (2) R\$ 275.052,56 para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, sem retenção de imposto de renda na fonte; e (3) o remanescente saldo do lucro líquido, no montante de R\$ 274.777.491,58, para a conta de Reservas de Lucros a Realizar. **7.2.3.** A remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia para o exercício social de 2023, no valor total de até R\$1.077.000,00. **7.3. AGE: 7.3.1.** A reificação do caput do artigo 5º da Companhia: “Art. 5. O capital social da Companhia é de R\$ 110.160.521,37, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 110.160.521 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.” **7.3.2.** A alteração da limitação de valores estabelecidos nas alíneas “f”, “s”, “r” e “u”, do artigo 10, § 7º do Estatuto Social da Companhia: “Art. 10. As reuniões do Conselho de Administração e do Conselho de Diretores serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, mediante aviso por escrito aos outros, com antecedência de pelo menos 10 dias, indicando a pauta e o horário em que a reunião se realizará, na sede da Companhia ou em qualquer outra localidade escolhida de comum acordo por seus membros, podendo-se realizar, inclusive, por meio de qualquer sistema de vídeo ou audioconferência. § 7º. Compete ao Conselho de Administração, além de outras matérias e alle atribuídas por lei e neste Estatuto Social, decidir sobre: (a) eleição e destituição dos membros da Diretoria e fixado de sua remuneração individual, observado o limite global fixado pela Assembleia Geral; (b) detalhamento das funções, atribuições e limites de alçada dos membros da Diretoria, não especificados neste Estatuto Social; (c) observados os limites previstos neste Estatuto Social, aprovação da política geral de cargos e salários, benefícios e remuneração variável; (d) escolha e destituição de auditores independentes e superiores ao valor de R\$ 100.000,00, por eleição ou nomeação; (e) estabelecimento de políticas da Companhia referentes aos controles financeiros; (f) aprovação de planos de negócios, planos quinzenais estratégicos, orçamentos, inclusive de capital, bem como o plano de negócios da Companhia, e suas alterações, conforme o Conselho de Administração entender necessário; (g) aprovação das demonstrações financeiras para fins de submissão à Assembleia Geral e de proposta para a distribuição de dividendos, na forma do artigo 18 abaixo, observadas as disposições legais; (h) deliberação quanto ao pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio da Companhia, respeitados os limites estabelecidos na legislação em vigor; (i) aquisição de participação societária em outras pessoas jurídicas, de forma direta ou indireta, pela Companhia; (j) constituição, pela Companhia, de outras pessoas jurídicas; (k) participação da Companhia em consórcios e associações; (l) a aquisição de ações de emissão da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria; (m) aquisição de ações de emissão de outras companhias e regulamentos pertinentes; (n) mediante delegação da Assembleia Geral, deliberar sobre a oportunidade e as condições de emissão de debêntures de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76; (o) a emissão, pela Companhia, de notas promissórias comerciais (Commercial Papers) para oferta pública de distribuição, independentemente do valor; (p) participação em licitações ou outros procedimentos para obtenção de concessão, permissão ou autorização, dispensada a autorização para participar de licitações para prestação de serviços relacionados ao compartilhamento de infraestruturas de telecomunicações/ comunicações e afins incluindo mas não se limitando a construção, manutenção, comercialização e gestão de tais infraestruturas, para órgãos públicos federais, estaduais e municipais, cuja competência de aprovação fica atribuída na forma do artigo 14; (p) exceto quando previsto de forma diversa neste Estatuto Social assumir obrigações, que vinculem a Companhia, em montante igual ou superior ao valor de R\$ 3.000.000,00, por operação ou série de operações correlatas por evento; (q) operações correlatas por evento; (r) operações de crédito, empréstimo ou financiamento em montante igual ou superior ao valor em Reais correspondente a USD 3.000.000,00 por operação ou série de operações correlatas por evento, exceto quando as mesmas foram realizadas entre a Sociedade e seus controladores diretos ou indiretos ou outras companhias sujeitas ao controle comum da Sociedade, operações em relação às quais não será necessária aprovação prévia do Conselho de Administração; (s) aquisição de bens, móveis ou imóveis, e direitos, em montante igual ou superior ao valor em Reais correspondente a USD3.000.000,00, por operação ou série de operações correlatas por evento; (t) alienação, disposição, cessão, arrendamento, transferência ou constituição de qualquer ônus real, gravame ou preferência, tendo por objeto bens do ativo permanente ou direitos em montante igual ou superior ao valor em Reais correspondente a USD3.000.000,00, por operação ou série de operações correlatas por evento; (u) a concessão de avais, fianças ou a assunção de obrigações em proveito exclusivo de terceiros, ou ainda a efetivação de doações e a prática de quaisquer atos gratuitos, em valores que excederem à R\$ 1.500.000,00, exceção feita à prestação, pela Companhia, em favor de seus empregados transferidos por motivo de trabalho, de fiança em contratos de locação residencial e em trâmites aduaneiros relacionados à liberação de bagagem desacompanhada; (v) a assinatura por membros da Diretoria e/ou por procuradores autorizados, de qualquer contrato, ou série de contratos correlatos por evento, em valor acima do limite de alçada dos Diretores; (...)” **7.4.** Aprovado o Estatuto Social da Companhia. **7.5.** Autorizar a Diretoria a deliberar sobre a deliberação da Assembleia Geral. Nada mais. SP, 24/07/2023. JUCESP nº 340.503/23-3 em 23/08/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 84ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 84ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Geravitiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900 (“CRA”, “Titulares dos CRA”, “Emissão”, e “Emissora” respectivamente), a **PENTAGON S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** (“Agente Fiduciário”), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral (“Assembleia”), a ser realizada em 14 de novembro de 2023 às 12h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão (“Termo de Securitização”), para deliberar sobre: (a) Autorização para que a Devedora e a Emissora celebrem o terceiro aditamento à Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 001/002/003/004/2028 RAA”, emitida pela Devedora em favor da Emissora em 19 de novembro de 2021 (“CPR-E”), para (i) alterar, no item “(xiv)” da Cláusula 8.3 da CPR-E, o índice de alavancagem, mediante a substituição do termo “EBITDA” por “EBITDA Ajustado” conforme definido na cláusula 8.3 da CPR-E; e (ii) alterar o cronograma de datas de pagamentos previsto no Anexo I da CPR-E, para incluir os eventos de amortização extraordinária a serem realizados em 31 de janeiro de 2024, 29 de fevereiro de 2024, e em 29 de março de 2024, em 29 de março de 2024, nos moldes e valores especificados no Material de Apoio; (b) Autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário celebrem o quarto aditamento ao Termo de Securitização, para alterar o cronograma de pagamentos previsto no Anexo II do Termo de Securitização, para incluir os eventos de amortização extraordinária a serem realizados em 31 de janeiro de 2024, 29 de fevereiro de 2024, e em 29 de março de 2024, nos moldes e valores especificados no Material de Apoio; (c) autorização para que a Devedora e a Emissora celebrem o quarto aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, para permitir que, conforme Cláusula 3.1.7 do Contrato de Cessão Fiduciária, em caso de desequilíbrio da Razão de Garantia da Cessão Fiduciária, a recomposição da garantia possa ser realizada mediante a cessão fiduciária de novos Contratos de Compra e Venda que atendam aos Critérios de Elegibilidade previstos na Cláusula 4 do Contrato de Cessão Fiduciária ou mediante aporte de recursos próprios da Devedora, em montante suficiente para atendimento da Razão de Garantia da Cessão Fiduciária; (d) autorização para que a Devedora, o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todos e quaisquer atos, celebrar todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para efetivação e implementação das matérias aprovadas acima, às exclusivas expensas da Devedora. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema “Microsoft Teams” de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para [juridico@virgo.inc](mailto:juridico@virgo.inc) e ao Agente Fiduciário para [assembleias@pentagontrustee.com.br](mailto:assembleias@pentagontrustee.com.br) preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 25 de outubro de 2023.

**VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

## VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 85ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 85ª Emissão da VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, com sede na Rua Geravitiba, nº 207, 16º andar, conjunto 162, Butantã, CEP 05501-900 (“CRA”, “Titulares dos CRA”, “Emissão”, e “Emissora” respectivamente), a **PENTAGON S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** (“Agente Fiduciário”), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral (“Assembleia”), a ser realizada em 14 de novembro de 2023 às 13h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão (“Termo de Securitização”), para deliberar sobre: (a) Autorização para que a Devedora e a Emissora celebrem o terceiro aditamento à Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 001/002/003/004/2028 RAA”, emitida pela Devedora em favor da Emissora em 19 de novembro de 2021 (“CPR-E”), para (i) alterar, no item “(xiv)” da Cláusula 8.3 da CPR-E, o índice de alavancagem, mediante a substituição do termo “EBITDA” por “EBITDA Ajustado” conforme definido na cláusula 8.3 da CPR-E; e (ii) alterar o cronograma de datas de pagamentos previsto no Anexo I da CPR-E, para incluir os eventos de amortização extraordinária a serem realizados em 31 de janeiro de 2024, 29 de fevereiro de 2024, e em 29 de março de 2024, em 29 de março de 2024, nos moldes e valores especificados no Material de Apoio; (b



